



ISSN 1984-5634

ARTIGO LIVRE

AS COMUNIDADES NEGRAS E A CONFIGURAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE LAJEADO, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Afro-brazilian communities and social configuration in the city of Lajeado, Rio Grande do Sul, Brazil

SABRINA MACIEL¹

NELI TERESINHA GALARCE MACHADO²

FERNANDA MACIEL³

EDUARDO PÉRICO⁴

RESUMO:

A pesquisa analisa a história e a configuração socioespacial da população negra em Lajeado, no Vale do Taquari, evidenciando como o colonialismo e as ideologias de branqueamento estruturaram processos de exclusão e apagamento das matrizes afrodescendentes. Para isso, articula revisão bibliográfica (2000-2022), dados censitários do IBGE e uma abordagem histórico-geográfica ancorada na História Social e nos estudos de paisagem. A análise revela a persistência de narrativas eurocêtricas que invisibilizam a presença negra, a concentração dessa população em áreas periféricas e a limitada efetividade das políticas de igualdade racial. Conclui-se que o racismo estrutural e a colonialidade seguem moldando a organização urbana, enquanto as comunidades quilombolas resistem como territórios de memória, identidade e produção de sentido socioespacial.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades Negras. Cidade. Paisagem Social.

ABSTRACT:

This study examines the historical and socio-spatial configuration of the Black population in Lajeado, in the Vale do Taquari region, highlighting how colonialism and whitening ideologies have shaped processes of exclusion and the erasure of Afro-descendant cultural matrices. The research combines a bibliographic review (2000-2022), census data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and a historical-geographical approach grounded in Social History and landscape studies. The analysis indicates the persistence of Eurocentric narratives that render Black presence invisible, the concentration of this population in peripheral areas, and the limited effectiveness of public policies aimed at racial equality. The findings suggest that structural racism and coloniality continue to shape urban organization, while quilombola communities endure as territories of memory, identity, and socio-spatial meaning.

KEYWORDS: Black Communities. City. Social Landscape.

GESTÃO EDITORIAL:

Bruna Cristina Oliveira Pupe
Pedro Haas Zanotto

SUBMETIDO: 02/08/2024

ACEITO: 11/12/2025

COMO CITAR:

MACIEL, S.; MACHADO, N. T. G.; MACIEL, F.; PÉRICO, E. As comunidades negras e a configuração social na cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil. *Aedos*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 299-318, ago.–dez., 2026.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

- 1 Graduada em História pela Universidade do Vale do Taquari (Univates), pesquisadora no Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências da Univates. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0069-5263>. E-mail: sabrina.maciels@universo.univates.br
- 2 Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP), docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Ensino da Universidade do Vale do Taquari (Univates). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1209-5353>. E-mail: ngalarce@univates.br
- 3 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD/Univates). Pesquisadora no Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências da Univates. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2773-9553>. E-mail: fmaciels@universo.univates.br
- 4 Doutor em Ecologia pela Universidade de São Paulo (USP), docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD/Univates). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2926-6246>. E-mail: perico@univates.br

A história das comunidades negras é um símbolo de luta, movimentos e resistências que, durante séculos, garantiram direitos e visibilidade a povos negados e estigmatizados por aqueles que se consideravam civilizados. Estas comunidades, como fatores físicos, políticos e sociais, abrigam e preservam referências culturais e simbólicas fundamentais (Silva; Goes, 2013). Elas desempenham um papel principal na manutenção de laços ancestrais, funcionando como um elo importante para a continuidade histórica de diversas comunidades ao longo do tempo. No caso dos territórios negros, a constante negação de sua participação originou definições que determinaram as condições em que essas pessoas deveriam estar e permanecer. Consequentemente, esses pensamentos, desenvolvidos a partir de narrativas reducionistas, criaram sistemas de dominação sobre o conhecimento e as formas de ser, agir, viver e estar em sociedade. Isso gerou movimentos de distanciamento sociocultural, histórico e estrutural. O “fim” do período escravista reconfigurou e possibilitou a formação de núcleos excludentes.

Segundo Júnior (2019), as populações negras se instalaram em localidades historicamente marcadas por situações de vulnerabilidade social impostas pelos grupos dominantes. Em outras palavras, a garantia de direitos e liberdade para a população negra, na forma como ocorreu, manteve e representou a permanência de um sistema excludente “subentendido” dentro de uma sociedade onde a opressão não perdeu suas raízes. Essas condições desiguais, aliadas às experiências discriminatórias, impulsionaram novas dimensões sociais além do período escravista.

Historicamente, a construção de seus discursos locais e regionais busca valorizar a presença da colonização europeia, destacando características tipicamente europeias em discursos formais e informais. Diante dessa problemática, a escolha desta análise se deu pela necessidade de compreender os fatores que negaram e condicionaram contextos à população negra. O objetivo desta pesquisa é, a partir das produções científicas e dos lugares vivenciados, identificar os locais para os quais a população negra foi direcionada e como isso influencia diretamente na formação da identidade negra, bem como na sua presença na história do município de Lajeado. A cidade de Lajeado, no Rio Grande do Sul, com cerca de 94 mil habitantes (IBGE, 2022), é considerada pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) uma das maiores cidades do Vale do Taquari.

Nesse sentido, parte-se do entendimento de que as narrativas europeizantes que estruturam a história oficial de Lajeado e do Vale do Taquari não são resquícios inofensivos do passado, mas efeitos de um projeto histórico de poder que, ao privilegiar a imigração europeia como matriz fundadora, operou, e ainda opera, como dispositivo de branqueamento e de apagamento das matrizes afrodescendentes, inclusive em suas dimensões simbólicas e imateriais. Embora, em nível nacional e local, existam diretrizes e políticas voltadas à promoção da igualdade racial e ao reconhecimento das comunidades negras e quilombolas, sua efetivação é marcada por descontinuidades, baixa institucionalização e pouca aderência às demandas concretas dos grupos a que se destinam. Assim, mais do que indagar apenas pela existência de políticas, interessa problematizar quem as formula, a que interesses respondem, para quais públicos são desenhadas e de que forma dialogam, ou não, com as experiências e estratégias de resistência das populações negras no município. Ao mobilizar essas questões como horizonte de análise, este artigo busca evidenciar como a persistência dessas narrativas e a frágil implementação dos dispositivos legais de inclusão contribuem para a manutenção de hierarquias raciais e para a negação dos territórios negros em Lajeado, ao mesmo tempo em que apontam caminhos para investigações futuras sobre as formas locais de organização e luta política.

METODOLOGIA E REFERENCIAIS TEÓRICOS

Este estudo adota uma abordagem metodológica que se origina da coleta de dados e organização dos resultados em uma tabela descritiva. Inicialmente, a reflexão sobre os dados relacionados à inserção da população negra nos estudos científicos seguiu critérios prévios de análise, orientados por diretrizes metodológicas específicas. Estes critérios incluíram a definição de conceitos-chave, o levantamento bibliográfico, o agrupamento quantitativo e a análise dos dados. Posteriormente, foram realizadas revisões bibliográficas abrangentes sobre a literatura pertinente à temática. Por fim, essas análises foram alinhadas às relações socioespaciais da paisagem e aos fatores historicamente construídos no contexto do município (Maciel, 2023).

O escopo deste mapeamento compreendeu produções nacionais, incluindo estudos, pesquisas e análises elaboradas por instituições brasileiras. O levantamento ocorreu no período de outubro de 2022 a março de 2023, com a análise de publicações disponíveis no banco de dados *Scielo*. Destaca-se que foram selecionadas e analisadas um total de 46 publicações, cuja seleção foi realizada de acordo com a relevância para a temática em questão. Para a obtenção dos resultados, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “Bairros Negros”, “Movimentos Sociais Negros”, “História Negra” e “Discriminação Racial”.

A análise do levantamento bibliográfico mostra avanços nas produções durante a década de 2000 a 2010. Neste período, a produção científica desempenhou um papel fundamental no embasamento de políticas públicas de combate ao racismo e na promoção da igualdade racial. Além disso, essas produções foram essenciais para identificar e evidenciar como o racismo, especialmente dentro das instituições de poder, impactou negativamente a trajetória da população negra nas cidades. No entanto, observou-se que muitas pesquisas permaneceram em estágios “introdutórios”, com análises ainda vinculadas à homogeneização derivada de construções teóricas anteriores.

A inserção da população negra nas diversas esferas, seja científica, social, política ou econômica, durante o período estabelecido (2011 a 2022), revela uma contínua expansão das pesquisas, destacando-se pela introdução de novas abordagens e perspectivas inovadoras. Essas mudanças estão intrinsecamente ligadas aos eixos temáticos que abordam questões como as persistentes desigualdades, a discriminação no mercado de trabalho, o acesso desigual à justiça, o direito urbano e os impactos do racismo na saúde física e mental, entre outros aspectos.

O enfoque recai sobre a História Social como principal lente de análise, conforme os estudos de Thompson (1987), Hobsbawm (1995), Braudel (1992), Davis (1993), Duby (1987), Burke (2005) e Bloch (2001). Os elementos fundamentais dessa abordagem, como a Paisagem Social, com base nas obras de Lefebvre (2006), Harvey (2004), Tuan (2013), Massey (2008), Relph (2012), Corner (2009), Cosgrove (2008) e Cresswell (2020), serão instrumentalizados para a compreensão das análises neste estudo. Destaca-se ainda a incorporação das contribuições da História das cidades, segundo Mumford (1998), Lefebvre (2006), Harvey (2004), Castells (1993; 1999), Sennett (1988) e Hall (2014), ilustrando a potencialidade desse conceito sobre o objeto de estudo: a cidade de Lajeado, no Rio Grande do Sul. Para atingir esse intento, traça-se a trajetória histórica do Vale do Taquari, introduzindo as problemáticas historiográficas presentes nas narrativas locais.

A pesquisa sobre intervenções humanas no ambiente surgiu em resposta às complexidades das crises contemporâneas, como discutido por Lopes (2021). Essa abordagem refinada visa explorar as intersecções entre aspectos ambientais e culturais ao longo do tempo, impactando profundamente as investigações sobre a história. Duncan (1990) define a paisagem histórico-social como um sistema de significados e representações duradouras. Souza (2007) destaca a importância de compreender como o conhecimento do ambiente circundante molda as interações entre indivíduos e territórios ao longo da história. Costa (2008) argumenta que o espaço é moldado pela história das pessoas e modifica-se conforme as relações estabelecidas. Schier (2003) observa que a paisagem social é um produto cultural da interação humana com o meio, refletindo processos sociais e históricos.

Nesse contexto, as paisagens são moldadas pelas interações humanas e revelam a realidade do espaço em diferentes períodos e contextos, conforme afirmado por Lopes (2021). A atribuição de significados pelos indivíduos confere identidade aos espaços e define seus papéis na sociedade. A cidade, como espaço de convivência e representatividade, concentra uma vasta gama de relações sociais e culturais, conforme analisado por Júnior (2019). Essas relações transcendem as estruturas de poder e se manifestam em esferas ideológicas e simbólicas. Entretanto, as cidades brasileiras demonstram dualidades entre liberdade e controle, refletindo uma busca pelo protagonismo social que frequentemente resulta em disputas pelo controle do espaço e da liberdade, conforme observado por Rezende e Andrade (2022). Essas disputas evidenciam a construção de barreiras e a homogeneização dos espaços, muitas vezes à custa da diversidade e da história das comunidades locais, como ilustrado no caso do município de Lajeado.

LAJEADO E O VALE DO TAQUARI – UMA PROBLEMÁTICA HISTORIOGRÁFICA

Localizado na região central do Rio Grande do Sul, o Vale do Taquari se destaca como uma área de relevância geográfica e demográfica, abrangendo trinta e seis municípios em seus 4.825,83 km² de extensão, conforme dados do IBGE (2022). Neste contexto, emerge a cidade de Lajeado, situada neste território e abrigando aproximadamente noventa e quatro mil habitantes. Apesar de figurar entre os municípios de maior densidade populacional na região, Lajeado, destaca-se como um dos menores em termos de área territorial (Figura 1). No que tange à distribuição demográfica, a predominância é notável nas áreas urbanas, com 99,63% da população residindo nestas, enquanto apenas cerca de 0,37% habita a área rural (IBGE, 2020). A composição social de Lajeado reflete uma complexa interação de elementos históricos, econômicos, culturais e demográficos, configurando-a como uma cidade de médio porte, segundo critérios que definem tais municípios entre 80 mil a 100 mil habitantes. Esta heterogeneidade populacional incide diretamente na dinâmica social do município, moldando sua identidade e suas atividades.

Sob uma ótica econômica, ressalta-se a importância da indústria como alicerce fundamental da economia de Lajeado. Este município, considerado uma capital sub-regional de grande influência na área que abrange Santa Cruz do Sul e Lajeado, no estado do Rio Grande do Sul, destaca-se pela sua capacidade de atrair um número improtante de visitantes, especialmente para fins acadêmicos.

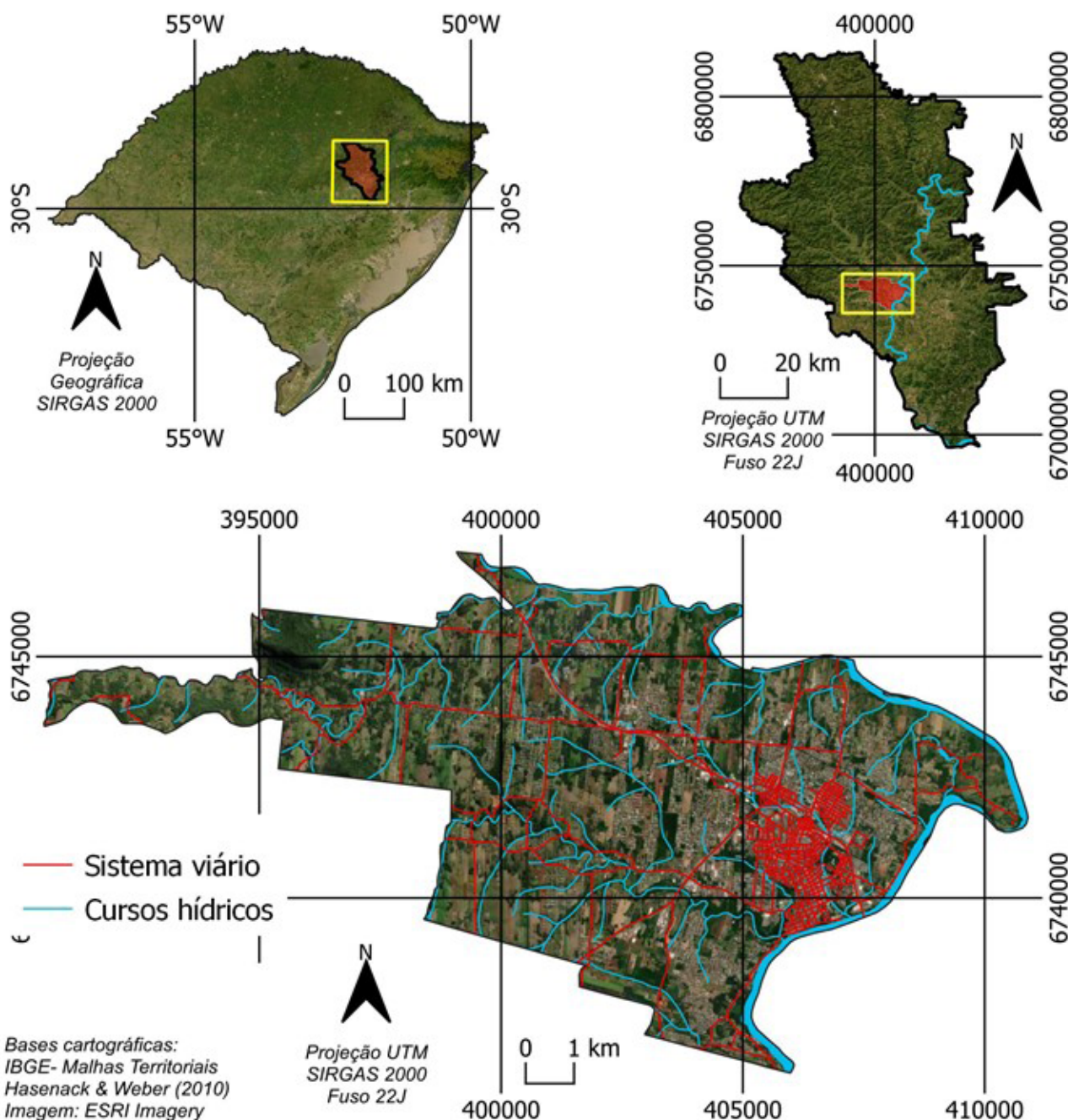


Figura 1. Localização da cidade de Lajeado/RS. Fonte: Dos autores com a colaboração de Karla Petry (2025).

Lajeado é o município mais populoso de sua microrregião, abrigando aproximadamente 93,6 mil habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é estimado em cerca de R\$ 5,6 bilhões, sendo que a maior parcela do valor adicionado é proveniente do setor de serviços (59,6%), seguido pela indústria (29,6%), administração pública (10,2%) e agropecuária (0,6%). Essa estrutura econômica confere a Lajeado um PIB per capita de R\$ 65,1 mil, superior à média estadual (R\$ 50,7 mil), da grande região de Santa Cruz do Sul, Lajeado (R\$ 50,1 mil), e da microrregião de Lajeado (R\$ 53,1 mil) (Lajeado/RS, 2024).

A região do Vale do Taquari, situada no centro-leste do estado do Rio Grande do Sul, é reconhecida por sua rica história de movimentos étnicos, que incluem a presença de grupos indígenas, africanos e europeus (principalmente açorianos, alemães e italianos), além de recentes migrações em busca de novas oportunidades. Esta diversidade cultural e identitária é um traço marcante da região, embora a história regional do Sul do Brasil, compreendendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, seja tradicionalmente associada às marcas da colonização europeia, com pouca consideração pela presença histórica da população negra (Panta, 2018).

Antes da colonização europeia, o território de Lajeado era habitado há cerca de 11 mil anos por grupos indígenas caçadores-coletores. Posteriormente, Jê Meridionais e Guaraní ocuparam a região, desenvolvendo agricultura, cerâmica e estruturas sociais complexas. A chegada dos europeus desestruturou essas sociedades com reduções jesuíticas (1626-1630; 1680-1750) e posterior avanço colonial. Com o Tratado de Madrid (1750), casais açorianos passaram a ocupar o atual RS, forçando o deslocamento indígena. A distribuição de sesmarias consolidou essa ocupação, que foi seguida pela chegada de alemães e italianos, deslocando os descendentes açorianos para áreas vizinhas (Kreutz; Machado, 2017).

Um marco ocorreu em 1849, quando Taquari se emancipou de Triunfo, tornando-se um município independente e abrangendo uma vasta região, incluindo Lajeado, Venâncio Aires, parte de Guaporé, Santa Cruz, Estrela e Vila Santo Amaro (atual distrito de General Câmara). Em 1876, Estrela emancipou-se de Taquari, e em 26 de janeiro de 1891, Lajeado foi emancipado de Estrela. Esta narrativa histórica apresenta a complexa formação político-econômica e sociocultural da região, fortemente influenciada pela história colonial e imigratória. No entanto, a questão crucial que emerge é: qual foi o papel da população negra na construção da história do Rio Grande do Sul, do Vale do Taquari e de Lajeado?

Durante muito tempo, a história oficial omitiu a contribuição da população negra para a estruturação da sociedade sulista, perpetuando a ideia de que a região não dependia da mão de obra escrava. Contudo, pesquisas indicam que entre 1872 e 1873, aproximadamente 2.662 escravos foram direcionados para a região, majoritariamente empregados em áreas rurais (Kreutz; Machado, 2017). Esses dados desmistificam a narrativa de homogeneidade racial e evidenciam a presença e contribuição da população negra na construção histórica da região.

As narrativas históricas e sociais, às quais as pessoas se identificam, moldam sua percepção da realidade. No caso das comunidades negras de Lajeado, os processos históricos e sociais locais frequentemente estigmatizam esse grupo e os lugares que habitam. Portanto, compreender a história das cidades implica analisar os problemas socio estruturais que se desenvolveram ao longo do tempo. Como argumenta Bauman (2003), em meio às lutas pelo reconhecimento de diferentes formas de expressão territorial e social, surgem projetos que legitimam as divisões sociais do território. Isso demonstra que a percepção dos espaços é influenciada pela identidade que o indivíduo mantém com o lugar. Assim, compreende-se que a construção dos territórios brasileiros foi moldada por determinantes políticos, econômicos e ideológicos, muitas vezes discriminatórios.

A história de Lajeado é permeada pela tentativa contínua de suprimir os processos e movimentos socioculturais que emergem das mobilizações repressivas. O que comumente é chamado de “desenvolvimento” local, na verdade, é o resultado da perpetuação constante da desigualdade e da romantização seletiva da história. Essa negação sistemática levou autores locais, influenciados por

discursos de branqueamento, a estudar as relações entre os membros da sociedade como se todos os problemas sociais pudessem ser resolvidos por meio do equilíbrio e da harmonia.

Desde os primórdios da fundação dos municípios do Vale do Taquari, a presença da população negra é inegável em diversas esferas e ocupações. Contudo, essas narrativas escolheram excluir esses indivíduos da “história oficial”, relegando-os à margem da sociedade e sujeitos ao preconceito. Um exemplo claro dessa representação distorcida pode ser encontrado nas obras do autor Schierholt, que descreve as relações entre escravos e proprietários de maneira condescendente e paternalista, como se evidenciado na passagem:

Os raros documentos ainda não destruídos deixam transparecer um clima de familiaridade e paternalismo nas relações entre escravos-dono. Os batistérios informam que os próprios donos de escravos aceitaram ser padrinhos dos filhos de seus escravos, gerando o parentesco por afinidade espiritual (Schierholt, 1992, p. 37).

NARRATIVAS HISTÓRICAS DO PÓS-ABOLIÇÃO: O DISCURSO COMO AGENTE ESTRUTURANTE NA ESFERA SOCIAL

As narrativas exercem influência sobre a percepção, valoração e interação com os espaços ao redor. Ao analisar esses comportamentos sociais, é possível identificar os momentos em que discursos racistas começaram a ganhar espaço na construção do preconceito coletivo. Para aprofundar a compreensão sobre o assunto, examinaram-se alguns discursos históricos pós-abolicionistas que contribuíram para negar os privilégios urbanos e marginalizar os indivíduos negros nos espaços sociais.

A primeira metade do século XIX foi marcada por diversos tratados que visavam abolir o tráfico de escravos para o Brasil. O fato de essa estrutura política e econômica ter persistido por tanto tempo evidencia a consolidação de uma sociedade escravagista ao longo dos anos. A contínua negação do papel da população negra como agente sócio-político na história ressalta o enraizamento de narrativas que limitam sua identidade à condição de escravidão. Como destacado por Monteiro (2014), mesmo após a abolição, os negros enfrentaram obstáculos e discriminação que impediram sua plena inserção na sociedade, resultando em barreiras socioeconômicas e restrições à mobilidade social em comparação com a população branca.

Portanto, a obtenção da liberdade, por exemplo, transferia ao negro toda a responsabilidade pela sua inserção social, deixando-o à mercê de sua própria sorte (Monteiro, 2014). Assim, a garantia de liberdade, tal como ocorreu, apenas perpetuou um sistema escravista “subentendido” em uma sociedade onde a opressão continuava enraizada. Sem dúvida, o movimento “abolicionista” representou uma mudança na história social brasileira, indo além dos limites do Império.

No entanto, como destaca Monteiro (2012), embora a lei tenha decretado a liberdade, na prática, isso não se refletiu em benefícios para a população negra. Devido a essa histórica discriminação, os negros foram sistematicamente marginalizados das esferas político-sociais. Mesmo com a libertação dos escravizados, eles não receberam assistência para sua inserção na sociedade. Não havia reconhecimento, auxílio ou igualdade perante a população branca.

O fim da escravidão marcou uma mudança na condição da população negra, mas não alterou a estrutura social fundamental. Apesar da liberdade formal, os negros enfrentaram um sistema que não

oferecia condições favoráveis para integração social. A ideologia de branqueamento e a ocidentalização do país influenciaram políticas e projetos durante a imigração, relegando a população negra a espaços de rejeição e exclusão, o que moldou os cenários políticos e sociais do Brasil.

As relações sociais e espaciais no Brasil foram permeadas por critérios raciais, com a elite política resistindo a uma ordem mais justa. Domingues (2011) observa que aqueles no poder raramente abriram mão de seus privilégios, e Castells (1999) afirma que, quando confrontados com o caos, os atores sociais tentam restabelecer uma ordem conforme sua compreensão. Júnior (2019) destaca que o racismo estrutural, aliado às condições precárias das comunidades negras, é resultado de um sistema de racismo enraizado nas instituições e relações sociais.

No contexto capitalista, o acesso restrito das populações negras às estruturas urbanas contribuiu para uma forte desigualdade social. A Europa, como centro da civilização, perpetuou a ideia de superioridade colonial e reforçou sua hegemonia através da desvalorização dos povos considerados inferiores. A supremacia branca procurou subjugar todos que não se conformavam aos seus padrões, moldando o racismo em diversos contextos, como argumenta Júnior (2019).

Conforme observado por Mithen (2002), as ações e discursos humanos estão intrinsecamente ligados às concepções de sua época. A falta de diversidade de informações resultou na dominação de narrativas sobre os seres humanos. A negação contínua de partes da história levou à criação de definições que determinavam os lugares em que os indivíduos deveriam estar e permanecer. Esses pensamentos, desenvolvidos a partir de narrativas simplistas, geraram sistemas de dominação sobre conhecimento, comportamento e identidade social, resultando em distanciamento sociocultural, histórico e estrutural.

Essas narrativas, fundamentais na luta pelo poder social, manipularam e silenciaram histórias a fim de manter uma ordem social favorável aos dominantes. Como demonstração desses mecanismos de manipulação, as narrativas construídas ao longo do tempo influenciaram as representações contemporâneas. Ao longo da história, o ato de narrar criou distinções entre bons e maus personagens, estabelecendo quem seriam os protagonistas e os detentores da “verdadeira” interpretação histórica. Por muitos anos, diferentes historiadores associaram a pessoa negra à condição de escravo, limitando a história das experiências desse segmento populacional ao período de cativo (Domingues, 2011).

A historiografia local, ao longo do tempo, tem contribuído para a perpetuação de estruturas socioculturais excludentes ao negligenciar a participação da população negra na composição da sociedade, conforme apontado por Pires (2016). Leite (1996) acrescenta que, ao analisar essa realidade no sul do Brasil, constatou-se uma predominância de estudos regionais que enfatizam quase exclusivamente as narrativas dos imigrantes europeus que colonizaram a região.

Esses discursos, muitas vezes, assumem uma forma justificadora e ideológica que molda a percepção da sociedade, apresentando-se como uma verdade única que define a realidade. Esse conhecimento, como observado, é derivado de métodos e discursos impostos por determinados grupos sobre outros. Um exemplo ilustrativo disso é encontrado no livro “Lajeado I” de José Alfredo Schierholt, que busca justificar a exclusão e a pobreza associadas às comunidades negras do município com o seguinte trecho:

A pobreza da grande maioria dos nossos descendentes africanos não pode ter sua explicação apenas no efeito do preconceito racial. O fenômeno se encontra também no continente africano, há milênios, onde a pobreza e a miséria grassam em muitos países (Schierholt, 1992, p. 34).

Essas narrativas contribuem para a manutenção do racismo, que se adapta e se reinventa ao longo do tempo, assumindo novas formas e funções. O processo histórico de inserção da população negra na sociedade brasileira foi marcado por desigualdades. Tanto o ideal do embranquecimento quanto as ideologias de homogeneização serviram para manter um sentimento colonial, ocultando as diferenças sociais e legitimando as práticas discriminatórias presentes na contemporaneidade.

Segundo Madeira et al. (2018), a abolição da escravidão no Brasil foi um processo inacabado que coexistiu com discursos e práticas de criminalização. Portanto, é através de narrativas e estruturas sociais construídas ao longo de diferentes períodos históricos brasileiros que o “preconceito de cor” não apenas existia, mas se manifestava diariamente (Domingues, 2011).

De maneira geral, a população negra foi submetida à subjugação, violência e criminalização desde os tempos da escravidão, servindo para satisfazer os interesses sociais e econômicos das classes privilegiadas, um fenômeno respaldado por leis cujos efeitos ocultam, legitimam e perpetuam a opressão (Madeira et al., 2018). É importante ressaltar que, apesar de enfrentarem as imposições de uma sociedade opressora, os indivíduos negros demonstraram resistência. Mesmo quando a imagem de uma suposta melhoria que encobria a realidade, grupos buscavam preservar sua identidade, cultura e formas de resistência. Essas lutas representam a busca pela inclusão de seus membros nos espaços, narrativas e sociedades.

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE EM LAJEADO, RIO GRANDE DO SUL

A espacialidade é fundamental para compreender a realidade em que vivemos, revelando aspectos que refletem os processos históricos que moldaram determinados grupos dentro de uma cidade. Nesse sentido, uma análise da atual configuração espacial de Lajeado, Rio Grande do Sul, se faz necessária para entender como os padrões de distribuição populacional negra se manifestam nos diferentes espaços urbanos. A compreensão do padrão de urbanização é importante para analisar as relações sociais que se desenvolvem dentro da cidade e como estas influenciam na qualidade de vida da população. Para isso, foram empregados dados do levantamento censitário de 2010 conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os territórios urbanos são construídos e ampliados ao longo do tempo de acordo com necessidades sociais, políticas e econômicas específicas. Essa identificação com o território, juntamente com as fronteiras sociais impostas pelos indivíduos, cria um campo de possibilidades onde as pessoas projetam suas intenções e princípios, transformando e orientando essas fronteiras sociais ao longo do tempo.

À medida que as cidades se expandem, emergem padrões de urbanização que espelham a dinâmica histórico-social subjacente. Todavia, essa expansão frequentemente resulta em dispersão e fragmentação dos espaços, limitando o acesso das pessoas à cidade e perpetuando fronteiras sociais estabelecidas por divisões histórico-geográficas. A população negra tem enfrentado desafios na busca pela sua inserção nos espaços urbanos, especialmente após a abolição da escravidão. A luta por espaço na cidade é, em última instância, uma expressão da luta de classes em torno do espaço urbano construído. A migração das elites para áreas centrais das cidades tem levado à transferência das populações pobres para áreas periféricas, resultando em auto segregação e periferização. Esse fenômeno contribui para a exclusão social e a reprodução do preconceito dentro da cidade.

Em síntese, as relações sociais são moldadas pelo poder e pela distribuição do espaço urbano, influenciando diretamente a vida das comunidades negras em Lajeado. Nesse contexto, é fundamental questionar quais espaços são ocupados por essa população na contemporaneidade, desafiando assim a invisibilidade histórica dos territórios negros na cidade. Para responder a essa pergunta, é importante notar que apenas algumas produções abordaram a temática e muitas delas não mapearam os territórios negros nos espaços da cidade. Essa falta de representação visual, através de mapas, faz com que esses territórios negros permaneçam vagamente definidos no imaginário urbano (Vieira, 2017). Portanto, na tentativa de esboçar uma compreensão desses espaços, esta análise se baseia nos dados censitários disponíveis até o momento da pesquisa.

Os censos demográficos fornecem insights importantes para os estudos sobre a população, permitindo o acompanhamento dos processos de transição demográfica ao longo dos anos. No Rio Grande do Sul, a população que se autodeclara negra totaliza 2,3 milhões de pessoas, representando 21% dos habitantes do estado. No entanto, uma parcela dessa população, especialmente aqueles que vivem em comunidades quilombolas, enfrenta condições de vulnerabilidade social e econômica⁵, resultantes dos anos de negação e exclusão decorrentes da história escravista do país.

Neste estudo específico, os dados analisados se concentram na inserção da população negra nos espaços do município de Lajeado. Observamos a distribuição populacional de acordo com a indicação de “cor/raça” adotada pelo censo. Os dados revelam a presença da população negra em territórios específicos e determinados, ressaltando a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre essa distribuição espacial. O desmantelamento e o deslocamento dos territórios negros estão intimamente ligados a momentos de transformação nos espaços urbanos. Em geral, à medida que a cidade se expande, o crescimento urbano empurra os territórios que estão em seu caminho para as margens da cidade (Vieira, 2017). Como resultado, a população é compelida a ocupar espaços inadequados para moradia, dando origem às comunidades desassistidas pelo poder público.

Esses territórios, onde essas comunidades estão concentradas, são os principais espaços afetados pelos processos históricos, econômicos, culturais, sociais e ambientais. Uma análise mais detalhada revela uma notável desigualdade entre os indivíduos que habitam diferentes áreas da cidade. No caso específico do município de Lajeado, observa-se que alguns bairros são habitados quase exclusivamente pela população negra, como Jardim do Cedro, Conservas, Santo Antônio, Nações, Morro 25 e Planalto, conforme ilustrado na figura 02. Por outro lado, há uma presença em menor número nos bairros Igrejinha, Campestre, Bom Pastor e Centro.

O mapeamento do sistema populacional de Lajeado foi crucial para compreender a distribuição da população negra nos vinte e oito bairros do município. A análise da Figura 2 revela que as áreas com maior concentração de pessoas negras estão situadas nas zonas periféricas. Essa disparidade populacional está fortemente associada aos problemas socioeconômicos historicamente enraizados, especialmente nos bairros com maior densidade demográfica e menor renda per capita, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

⁵ O conceito de vulnerabilidade social refere-se à condição de exclusão ou fragilidade enfrentada por grupos ou indivíduos devido a fatores socioeconômicos, ambientais e outros. É caracterizada pela incapacidade de pessoas, organizações, governos e sociedade em mitigar os efeitos adversos de situações como fome, baixa renda, racismo e desastres ambientais. Em contraste com a resiliência, a vulnerabilidade social identifica aqueles que têm dificuldade em enfrentar e superar ameaças e dificuldades em diversas áreas. Portanto, a sobrevivência ameaçada de maneira contínua é uma característica central de quem se encontra em situação de vulnerabilidade social (Ideia Sustentável, 2024).

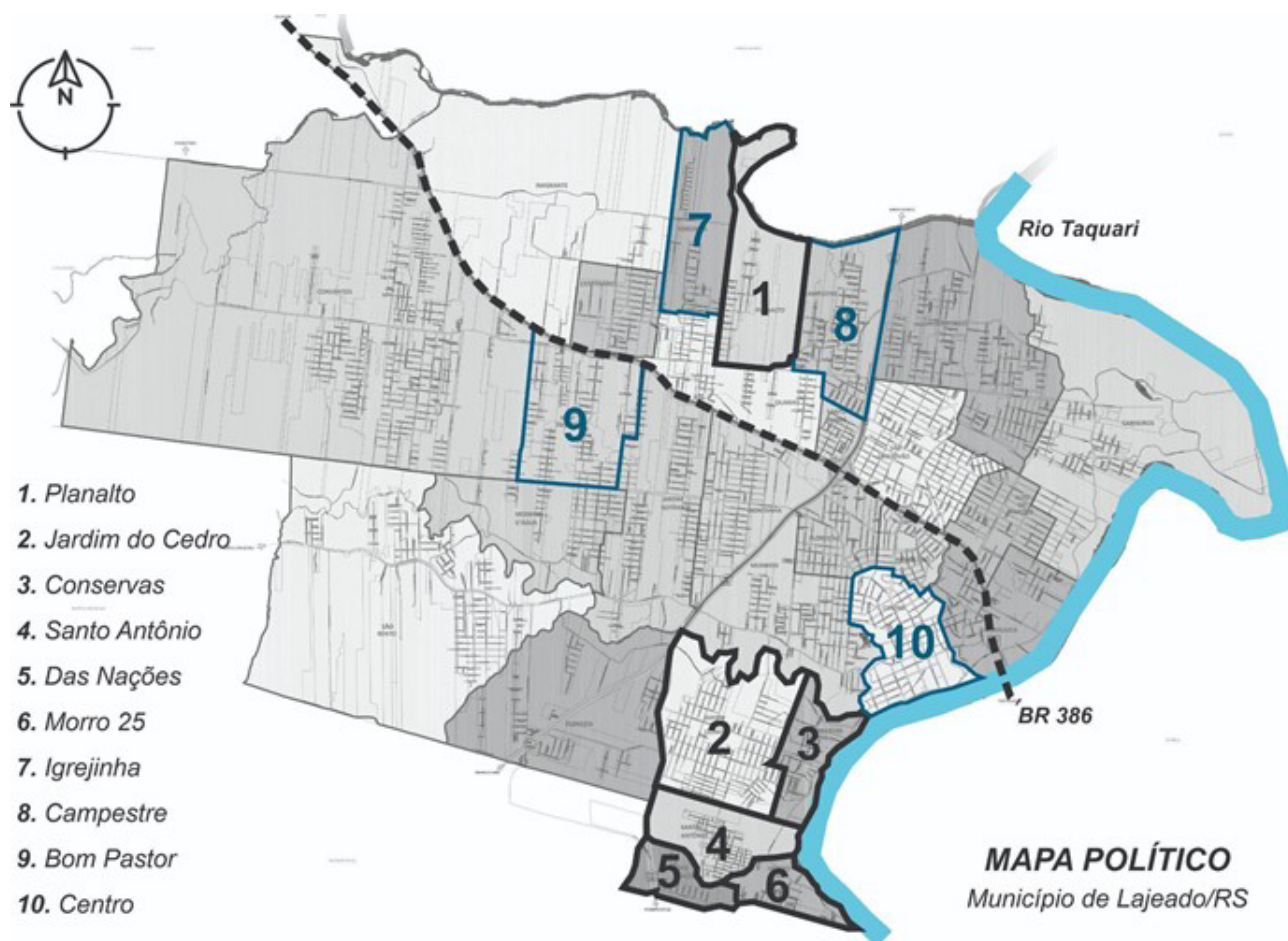


Figura 2. Bairros com população negra. Fonte: Google Earth (adaptado, 2023, página digital).

A persistência na hierarquização e nos modelos segregacionistas que orientam a organização da cidade reflete a colonialidade, um padrão de poder resultante do colonialismo, que continua a influenciar as relações sociais através da ideia racial (Maldonado-Torres, 2007). Nesse contexto, é importante reconhecer que o espaço analisado é definido não apenas pelos modos de produção, mas pela ação de agentes sociais.

As práticas de exclusão são manifestações, movimentos ou ideologias que visam marginalizar, discriminar ou negar o acesso a determinados indivíduos ou grupos a certos espaços. Esses movimentos podem se manifestar por meio de atitudes discriminatórias, violência ou negação de direitos e oportunidades. De acordo com Costa Pinto (1953), esses movimentos de exclusão impedem que certos grupos habitem locais que são exclusivamente dominados e monopolizados por grupos dominantes.

Sabatini e Sierralta identificam três dimensões fundamentais nas políticas de exclusão: a) a tendência de determinados grupos sociais se agruparem em áreas específicas da sociedade; b) a composição dessas áreas com alto grau de homogeneidade social; c) as percepções tanto dos indivíduos que pertencem a essas áreas ou grupos excluídos quanto daqueles que estão fora delas (Sabatini; Sierralta, 2006). Em outras palavras, o distanciamento está relacionado à percepção que as pessoas têm sobre os territórios e as associações que fazem com os indivíduos que ali residem.

Apesar de representar cerca de 21% da população do Estado, a população negra encontra-se em desvantagem em uma série de indicadores em comparação com a população branca, incluindo educação, saúde, mercado de trabalho, representação política e acesso aos direitos urbanos. Em Lajeado, a população negra está mais presente nos territórios segregados e estigmatizados, o que reflete a hierarquização e a marginalização imposta pelos setores dominantes do município.

A tensão interna nas cidades resulta em fragmentação e contradição, com uma concentração maior de pessoas negras em áreas periféricas em comparação com pessoas brancas. Além disso, Telles aponta que as pessoas brancas predominam em áreas elitizadas e, mesmo nas classes sociais mais baixas, estão mais presentes em regiões de maior valorização econômica e social do que as pessoas negras (Telles, 2012).

Analisando essas experiências de sociabilidade, observa-se que tanto a população negra que reside em áreas pobres quanto aquela que habita espaços social e economicamente valorizados enfrentam impactos semelhantes nos espaços urbanos. Pessoas negras enfrentam preconceito tanto em áreas pobres, onde são maioria, quanto em áreas valorizadas, onde são minoria. Em territórios precários, o preconceito compromete a sociabilidade, enquanto em áreas ricas, a discriminação ocorre pela percepção de que esses espaços não lhes pertencem (Panta, 2018).

A histórica desigualdade socioeconômica enfrentada pelas comunidades, combinada com a fragilidade das políticas públicas sociais, contribuiu para a perpetuação da exclusão social e para a afirmação da identidade negra. Em outras palavras, a negação e a marginalização restringiram a capacidade dos indivíduos de participar e se integrar nos espaços urbanos. Contudo, organizações e movimentos negros têm desempenhado um papel crucial ao denunciar a persistência de atitudes preconceituosas e racistas em diversos estratos sociais.

Como se pode perceber pela disposição dos mapas, a população branca impôs suas ideologias como prioritárias sobre outros grupos que coexistiam nos mesmos espaços. A realidade é que a população negra foi associada à condição de escravidão, tendo sua imagem construída através de elementos pejorativos e sendo relegada à margem da história, mesmo após o término do regime escravista. Nesse contexto, observa-se que o senso comum tende a compreender de maneira simplista essa negação da população negra, limitando-a a situações que perpetuam o preconceito.

Não são raros os discursos que minimizam a importância dos territórios negros. A cidade de Lajeado, por exemplo, reflete claramente sua ordem local. Considerada um lugar de relações de proximidade, o município organiza seus espaços por meio de conflitos internos que são subentendidos. A discussão aqui apresentada, embora complexa em termos teóricos e metodológicos, sugere que estamos lidando com um território marcado por conflitos de interesse, onde o espaço social exclui sua população devido a questões ideológicas, econômicas, preconceituosas e racistas. Não é surpreendente que a estruturação da cidade ainda enfrente questões pendentes.

É evidente que a história da população negra é marcada por lutas, resistência e protagonismo na construção dos espaços urbanos. Contudo, sua trajetória tem sido cerceada por aspectos decorrentes do racismo imposto por determinados grupos. Racionalizar o direito à cidade, portanto, exige abordar a questão racial no contexto urbano (Harvey, 2013). Em outras palavras, a interseção entre questões raciais e o espaço urbano perpetua estereótipos que reforçam fragmentos de uma história opressora.

Estudos situados territorialmente oferecem a vantagem de capturar as peculiaridades de espaços específicos (Rezende, 2022). Assim, a importância de examinar esse problema reside na profundidade do debate sobre as condições de vida da população urbana e no esforço de ampliar suas vozes nos debates públicos sobre a garantia de direitos. A análise de estatísticas públicas e indicadores sociais tem sido crucial para a compreensão das questões municipais. Este estudo representa uma análise preliminar, e é esperado que esses dados sejam reavaliados no futuro, à luz de novos levantamentos demográficos.

UNIDADES DE RESISTÊNCIA – AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A terra desempenha um papel fundamental na construção da identidade e na perpetuação das referências simbólicas que são importantes para o imaginário coletivo. Grupos e indivíduos frequentemente projetam sua existência nela (Leite, 2000). Para Moura (1993), os quilombos representaram a “unidade de resistência”, estendendo sua presença por todo o território nacional e tornando-se símbolos de laços comunitários e de coletividade, preservando grande parte da cultura negra em várias regiões.

Apesar do Brasil ser conhecido por sua diversidade cultural e étnica, essa riqueza tem sido obscurecida pela falta de discussões e visibilidade em relação à inserção das comunidades negras nos espaços sociais. A naturalização das hierarquias raciais ainda é predominante no país. Ao analisar a história, é possível compreender como a noção de raça foi utilizada para estabelecer uma linha divisória entre grupos socialmente privilegiados e outros fortemente oprimidos e marginalizados. O legado do projeto de colonialidade, da escravidão e seus efeitos ainda persiste.

De acordo com Maringoni (2011), o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, adiando ao máximo a emancipação da população negra. À medida que o escravismo se consolidava na sociedade brasileira, a negação da sua existência também se fortalecia. Os quilombos representaram o principal e mais duradouro meio de luta e resistência contra a escravidão. Sendo um fenômeno social de longa duração, esses espaços foram formados inicialmente pela população negra escravizada, que resistiu ao regime desde o Brasil Colonial.

Para se protegerem das injustiças perpetradas pelos senhores, a população negra escravizada se uniu em busca de formas de resistência. Os quilombos foram de suma importância no processo de enfraquecimento do regime escravocrata, causando preocupações para a classe dominante. O Quilombo dos Palmares, o maior e mais simbólico desses territórios de resistência, foi um exemplo de organização coletiva que resistiu por quase 100 anos (1597-1694) ao sistema colonial. Ele alcançou cerca de 30.000 habitantes ao longo de sua existência, segundo Santos (2007).

Devido à diversidade das origens dos quilombos, muitos estudiosos tendem a negligenciar as lutas, resistências e culturas presentes nesses espaços de resistência, focando apenas em conflitos de interesses. Essa visão histórica contribui para a perpetuação de ideologias que minimizam a presença negra e retratam os quilombos apenas como locais de trabalho escravo e marginalização pós-abolição (Gusmão, 1999).

Contrariando essa visão limitada, os quilombos não eram habitados exclusivamente por escravizados e fugitivos, mas também por outros grupos marginalizados, incluindo indígenas. Esses espaços se tornaram refúgios de resistência e solidariedade, reunindo diferentes origens para enfrentar

as injustiças do sistema vigente. Moura destaca que os quilombos atuaram não apenas como força de desgaste, mas também como centros de resistência que desafiavam o escravismo e demonstravam a viabilidade de uma sociedade alternativa composta por homens livres (Moura, 1993).

Sem dúvida, os quilombos transcenderam as fronteiras e o contexto da escravidão, persistindo e resistindo no Brasil pós-abolicionista por meio de espaços coletivos de memória, tradição e modos de produção, enfrentando os desafios impostos pelo modelo econômico dominante nas áreas rurais e urbanas. Ao contrário do que se pode supor, os quilombos não se limitam apenas ao passado escravista. Além disso, não são comunidades isoladas, desconectadas temporal e espacialmente, sem qualquer participação na estrutura social. Pelo contrário, segundo dados disponíveis no Instituto Fundação Cultural Palmares (2019), existem cerca de 3 mil comunidades quilombolas, sendo 2.700 certificadas pelo órgão.

Os quilombos contemporâneos, também conhecidos como comunidades remanescentes, são grupos sociais que se destacam pelo senso de identidade étnica, diferenciando-se do restante da sociedade. Suas características desempenham um papel fundamental em sua forma de organização, suas interações com outros grupos e suas atividades políticas. Sua construção é resultado de uma combinação de diversos fatores, desde a ancestralidade compartilhada e formas de organização política e social até elementos linguísticos e religiosos. Esses elementos contribuem para a definição e fortalecimento da identidade dessas comunidades quilombolas na contemporaneidade.

Das informações apresentadas, observa-se que dentre as comunidades identificadas, trinta e nove são grupos sem localização exata, possuindo apenas informações do município onde estão situados. Trinta e sete são espaços identificados e reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enquanto sessenta e nove são comunidades declaradas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares, caracterizando-se pelo reconhecimento e demarcação de suas terras.

Em 2022, a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, em parceria com a Emater, divulgou dados preliminares de uma pesquisa sobre as comunidades quilombolas no estado. Esses resultados preliminares indicam que as regiões com maior número de comunidades quilombolas são a Sudeste-rio-grandense, com aproximadamente 50 comunidades (38%) inseridas nesses espaços, e a região Metropolitana de Porto Alegre, com cerca de 33 comunidades (25%). De forma geral, constata-se que 65% de todas as comunidades estão presentes em seus espaços há mais de 100 anos. Quanto às condições de vida desses grupos, aproximadamente 49% das comunidades possuem rede de distribuição de água, enquanto 80% possuem associação quilombola, participando ativamente dos Conselhos Municipais, especialmente nas áreas de saúde e assistência social (68%).

Contudo, a pesquisa aponta diversas problemáticas enfrentadas pelos grupos quilombolas no estado, incluindo a invisibilidade, a carência de políticas públicas específicas, a ausência de direitos iguais nos âmbitos sociais, a dificuldade de acesso aos direitos, a falta de oportunidades, a baixa empregabilidade, e a escassez de estruturas e projetos sociais, entre outros desafios.

Em todo o Brasil, segundo dados disponíveis no site do governo federal, estima-se a presença de mais de 3 mil comunidades quilombolas, distribuídas por todas as regiões do país. No estado do Rio Grande do Sul, de acordo com informações do Governo Estadual para o ano de 2022, foram identificadas cerca de 146 comunidades. No município de Lajeado, há duas comunidades reconhecidas. A Comunidade Quilombola Unidos de Lajeado, localizada no bairro Planalto, onde reside aproximadamente 240

peças e a Comunidade Maria Carmem, localizada no Loteamento 17 do Bairro Morro 25, em Lajeado. O quilombo conta atualmente com 20 famílias, em um assentamento que remonta às décadas de 1950 e 1960 (Folha Popular, 2023).

A pesquisa realizada sobre a cidade de Lajeado/RS destaca a escassez de informações públicas disponíveis sobre a Comunidade Quilombola Unidos de Lajeado. Essa lacuna reflete uma realidade mais ampla, na qual as informações oficiais sobre comunidades quilombolas ainda são muito limitadas, apesar dos esforços da própria comunidade e de pesquisadores para preservar sua história. Essa falta de dados oficiais é semelhante ao que se observa nas abordagens das pesquisas censitárias, as quais só levam em consideração os quilombos provenientes de terras demarcadas, algo que ainda é uma realidade distante, dada a lentidão do processo de regulamentação dessas terras.

No entanto, há uma perspectiva de mudança com os novos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), que pela primeira vez incluirão um recorte específico sobre as comunidades quilombolas nas pesquisas. Isso permitirá abordar suas características demográficas, sociais e econômicas, facilitando o diálogo com diversas organizações e promovendo maior visibilidade para essas comunidades.

Destaca-se que as comunidades quilombolas enfrentam cotidianamente desafios relacionados à violação de direitos, buscando superar diversos obstáculos para que suas demandas sejam reconhecidas e respeitadas. Elas têm sido alvo de ataques, desrespeito e marginalização, com suas reivindicações, muitas vezes ignoradas e seus princípios legais frequentemente desconsiderados, o que gera impactos em seus territórios e modos de vida. Essas adversidades não impedem que as comunidades quilombolas representem uma parte vital da história e da identidade cultural do Brasil. São espaços de resistência que preservam as tradições culturais e religiosas de seus antepassados, enquanto lutam pela obtenção e garantia de seus direitos. Dessa forma, desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção histórica da cidade de Lajeado é intrinsecamente vinculada a uma formação social marcada pelo colonialismo escravista. Este legado, perpetuado ao longo dos anos através de discursos e ações históricas, continua a influenciar a estrutura social e urbana da cidade. A história das comunidades negras no município foi moldada sob a égide do escravismo, evidenciando que o processo de escravidão, fortalecido e internalizado pela sociedade, ainda se faz presente e não foi completamente superado pelos indivíduos (Maciel, 2023).

O desenvolvimento urbano de Lajeado, predominantemente controlado por pessoas brancas, tem perpetuado a segregação e a exclusão das populações negras das áreas urbanas centrais. Esta exclusão é resultado de um processo de planejamento social historicamente construído, cujas ações negligenciaram as necessidades dessas comunidades, favorecendo o crescimento e o desenvolvimento de áreas privilegiadas em detrimento das regiões mais pobres. Em outras palavras, esta exclusão perpetua e reforça a desigualdade social, forçando as comunidades negras a viver em áreas periféricas com recursos limitados.

As áreas periféricas, por sua vez, manifestam os impactos e significados construídos a partir das relações entre os seres humanos e os lugares que ocupam. Neste contexto, a disparidade observada nos territórios do município evidencia que a cidade não é um espaço neutro onde as interações ocorrem independentemente de influências externas. Pelo contrário, a construção histórico-social de Lajeado reflete e molda as relações sociais. É inegável que a questão de classe social está intrinsecamente ligada às experiências que cada grupo ou indivíduo tem com o espaço em que vivem e se movem.

Portanto, a análise crítica da história urbana de Lajeado revela como as práticas e políticas de segregação urbana, enraizadas em um passado colonial e escravista, continuam a moldar as realidades sociais e espaciais contemporâneas da cidade. A persistência da hierarquização social, bem como dos modelos urbanísticos segregacionistas, continua a orientar a organização das cidades contemporâneas, permeando as relações sociais através da noção de raças. Infelizmente, prevalecem visões preconceituosas e atitudes discriminatórias que limitam o protagonismo da população negra, dispersando e estigmatizando-a perante a sociedade.

No caso específico de Lajeado, a desigualdade é evidente, com grupos frequentemente sujeitos à discriminação, pobreza e exclusão sendo confinados a estereótipos, discursos e espaços segregados. Sob esta realidade, compreende-se que o município não apenas é desigual, mas também profundamente marcado pelo racismo, machismo e homofobia. Diante deste contexto, é imperativo que as políticas públicas busquem a inclusão e a valorização da diversidade, proporcionando novas perspectivas para os espaços sociais do município. Isso implica incluir aqueles que foram historicamente excluídos, formular novas políticas e garantir lugares seguros para eles.

Em momentos desafiadores, a busca por novas perspectivas sobre o mundo contemporâneo torna-se fundamental para garantir um futuro diferente e igualitário para todos. As pesquisas e produções relacionadas à população negra, especialmente sobre o período pós-abolição, tomaram proporções significativas nas últimas décadas. No entanto, essa realidade não é absoluta, pois muitas dessas produções ainda estão atreladas a posturas que estigmatizam, negam ou diminuem o protagonismo da população negra no país.

Sob uma perspectiva diferente, percebe-se que esses desafios não estão exclusivamente relacionados ao cenário das produções científicas. Nas últimas décadas, políticas públicas têm sido desenvolvidas com diversos objetivos, implementadas em diferentes esferas governamentais (nacionais e internacionais), procurando estabelecer as bases para a igualdade formal no país e no mundo. No entanto, estas iniciativas governamentais voltadas para a promoção da igualdade racial se expandiram e passaram por mudanças, contudo, a maioria dessas experiências foi pontual e teve impactos superficiais. Em outras palavras, as ações implementadas permaneceram desarticuladas entre si, sem um objetivo concreto que se apresentasse de forma institucionalizada.

Dessa forma, é fundamental reconhecer e enfrentar a persistência da hierarquização social e dos modelos urbanísticos segregacionistas para promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A transformação dessas estruturas exige um compromisso contínuo com a implementação de políticas públicas eficazes, a promoção da diversidade e a valorização do protagonismo da população negra em todos os aspectos da vida social e urbana.

A ausência de efetivação dessas ações ao longo das décadas evidencia o silenciamento e a morosidade na agenda da justiça no que tange aos direitos humanos. Para avançar, é imprescindível ir

além de um debate superficial sobre a problemática da exclusão. Torna-se crucial compreender as raízes dessa incapacidade coletiva e intencional, visando assegurar espaços de inclusão. Essa compreensão possibilitará intervenções meticolosas e impactantes, capazes de abordar as complexas dimensões políticas e econômicas das violações de direitos humanos.

Em meio ao contexto econômico, social e político de Lajeado, essas reflexões levam à consideração de que o Poder Público precisa assumir sua responsabilidade perante a sociedade. Cabe aos indivíduos sociais compreender os impactos desses retrocessos na realidade dessas comunidades e demandar mudanças. Nesse contexto, é necessário fortalecer a luta por justiça social e pela defesa dessas comunidades, buscando meios de resistência e mobilização coletiva. Para alcançar uma sociedade inclusiva, é primordial promover o respeito pela diversidade e assegurar sua proteção. A proteção das comunidades negras e quilombolas, através do reconhecimento de suas terras e história, é essencial para o desenvolvimento da cidade e o bem-estar de seus habitantes.

Em última análise, a existência de bairros majoritariamente negros em Lajeado indica o reflexo da segregação socioespacial e das desigualdades que afetam tanto a população negra quanto o desenvolvimento da cidade. Essa realidade é resultado de um histórico de discriminação e exclusão que a cidade perpetua ao longo do tempo. Em suma, entende-se que, para valorizar esses bairros negros, é necessário desconstruir estereótipos e preconceitos. Reconhecendo assim a importância e as contribuições históricas, culturais e sociais que a população negra transmite para a cidade como um todo.

A história das comunidades negras é marcada por resiliência, luta e contribuições fundamentais para o desenvolvimento social em escala global. Desde o período escravista, esses grupos enfrentam adversidades profundas, mas também constroem um legado de resistência e superação. No caso de Lajeado, a configuração territorial revela que as fronteiras sociais são moldadas por condições históricas e discursos excludentes que ainda operam na cidade. Quando a negação dessas dinâmicas prevalece, compromete-se o princípio democrático e naturaliza-se uma sociedade opressora. Essa realidade, frequentemente atribuída a desigualdades socioeconômicas “inevitáveis”, tem na verdade o racismo como causa estruturante.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141p.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos* - CEBRAP, São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1999.

CORNER, James (Org.). *Recuperando a Paisagem: Ensaio na Arquitetura da Paisagem Contemporânea*. São Paulo: Senac, 2009.

COSGROVE, Denis. *Formação Social e Paisagem Simbólica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

COSTA, Otávio. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. *Espaço e cultura*, p. 149-156, 2008.

COSTA PINTO, Luís de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro*. Relações de raça numa sociedade em mudança. São Paulo: Ed. Nacional, 1953.

CRESWELL, Tim. *Lugar: Uma Breve Introdução*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DOMINGUES, Petrônio. Um desejo infinito de vencer: O protagonismo negro pós-abolição. *Topoi*, v.12, n.23, p. 118-139, 2011.

DUBY, Georges. *A Idade das Catedrais: Arte e Sociedade (980-1420)*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

DUNCAN, James. *The city as text. The politics of landscape interpretation in the Kandyen Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FOLHAPOPULAR. Comunidade Maria Carmem de Lajeado é reconhecida como remanescente de quilombo. Disponível em: <https://folhapopular.info/index.php/2023/12/11/comunidade-maria-carmem-de-lajeado-e-reconhecida-como-remanescente-de-quilombo/#:~:text=Localizado%20no%20Loteamento%2017%20do,para%20reafirmar%20a%20sua%20ancestralidade>. Acesso em: 1 ago. 2024.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. *Cadernos de Pesquisa*, n.107, p.46-78, julho de 1999.

HALL, Peter. Cidades do Amanhã: Uma História Intelectual do Planejamento e do Design Urbano no Século XX. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HARVEY, David; DAVIS, Mike; TAYLOR, Peter; JONES, Robert. A liberdade da cidade. GEOUSP. *Espaço e Tempo (Online)*, v. 13, n. 2, p. 09-18, 2013.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IDEIA SUSTENTÁVEL. O que é vulnerabilidade social? Ideia Sustentável, 2024. Disponível em: <https://ideiasustentavel.com.br/o-que-e-vulnerabilidade-social/#:~:text=O%20conceito%20de%20vulnerabilidade%20social,socioecon%C3%B4micos%2C%20ambientais%2C%20entre%20outros>. Acesso em: 1 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares. 2022.
- INSTITUTO FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Relatório anual de atividades*. 2019.
- JÚNIOR, Henrique Cunha. A forma urbana das populações negras no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, v. 11, p. 65-86, 2019.
- KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. 1. ed. revisada, 1. reimpressão, 2017. Lajeado: Univates, 2017. ISBN 978-85-8167-199-4.
- LAJEADO - RS, disponível em: <https://www.caravela.info/regional/lajeado---rs>. Acesso em: 1 ago. 2024.
- LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.
- LOPES, Sérgio Nunes. *Impactos sociais e ambientais produzidos pelo ciclo das fazendas no percurso do Rio Taquari/ Rio Grande do Sul (1770-1850): uma abordagem arqueológica*. Lajeado/RS, 2021. 216f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado/RS, 2021.
- MACIEL, Sabrina. *A história das comunidades negras e a paisagem social na cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História - Licenciatura). Universidade do Vale do Taquari - Univates, 2023.
- MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, p. 463-479, 2018.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana/Siglo del Hombre Editores, 2007.
- MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, ano 8, n. 70, p. 34-42, dez. 2011. Disponível em: <http://www.desafios.ipea.gov.br>. Acesso em: 2 set. 2022.
- MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MITHEN, Steven. *A Pré-História de Mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. Tradução: Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2002, p.247-290.
- MONTEIRO, Charles. Entre História Urbana e História das Cidades: Questões e debates. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v.5, n.1, p. 101-112, 2012.
- MONTEIRO, Roberta Amanajás. A Inserção do Negro na Sociedade Brasileira do Século XIX e a Questão da Identidade entre Classe e Raça. In: Giscard Faria Agra; Ricardo Marcelo Fonseca; Gustavo Siqueira Siqueira. (Org.). *História do Direito I*. 1ª ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2014, v. 1, p. 113-119.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. 3 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1993.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: Suas Origens, Transformações e Perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PANTA, Mariana Aparecida dos Santos. *Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade*. 2018. 298f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

PIRES, Karen Daniela. O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 20 dez. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1601>.

RELPH, Edward. *Lugar e Lugar Nenhum: Fundamentos de uma Geografia dos Lugares*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

REZENDE, Ana Flávia; ANDRADE, Luís Fernando Silva. Direito do Negro à Cidade: de uma Formação Socioespacial Racista à Utopia Lefebvriana. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.14, p. 1-14, 2022.

SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. *Novas Metrôpoles Paulistas; População, Vulnerabilidade e Segregação*, p. 169-195, 2006.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. *Ciência e Cultura*, v. 54, n. 2, p. 21-26, 2007.

SCHIERHOLT, José Alfredo. Lajeado I. Prefeitura Municipal de Lajeado, 1992.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2023.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA (SEMA). Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2023.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Ana Cristina de. Arqueologia da Paisagem e a Potencialidade Interpretativa dos Espaços Sociais. Goiânia: *Habitus*, v.3, n.2, p. 291-300, 2007.

SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lima. *Igualdade Racial no Brasil: Reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes*. Brasília: Ipea, 2013.

TELLES, Edward. *O Significado da Raça na Sociedade Brasileira*. Feira de Santana: Curso de Psicologia Unifacs, 2012. Disponível em: <https://professorsauloalmeida.files.wordpress.com/2014/07/livro-o-significado-da-raca-na-sociedade-brasileira2.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. São Paulo: DIFEL, 2013.

VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia Histórica da Presença Negra no Espaço Urbano*. 2017, 189f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, 2017.